



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA - RS
SECRETARIA DE GESTÃO E FAZENDA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS
SEÇÃO DE COMPRAS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2017

O MUNICÍPIO DE SANTA ROSA, RS, através do Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Administração e Governo, com fundamento no *caput* do artigo 25, da Lei Federal nº 8666/93, torna público para conhecimento dos interessados, que está realizando **CHAMAMENTO PÚBLICO** para o **CREDENCIAMENTO** de Instituições Financeiras para prestação de serviços de arrecadação de receitas municipais.

Mais informações e cópias deste edital poderão ser adquiridas na Seção Compras da Secretaria de Gestão e Fazenda, em horário de expediente, pelo fone (55) 3511-7678 ou através do site www.santarosa.rs.gov.br.

1. Disposições Preliminares.

1.1. Os trabalhos serão conduzidos pela Comissão Permanente de Licitações do Município de Santa Rosa - RS

2. DO OBJETO

2.1. O objeto do presente Chamamento Público, constitui no **credenciamento de instituições financeiras**, que poderão ser chamadas a firmar contrato com o Município de Santa Rosa, para a prestação de serviços de arrecadação de receitas municipais, via Secretaria de Gestão e Fazenda.

3. DA APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE DE CREDENCIAMENTO

3.1. Para participar da Chamada Pública, as instituições financeiras, deverão apresentar os documentos de habilitação em envelope, lacrado, não transparente, identificado, para o que se sugere a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA, RS
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2017
ENVELOPE – DOCUMENTOS
NOME DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA:

3.2. Os interessados em executar o serviço, deverão apresentar a documentação, conforme descrito no item **3.1**, constando os documentos relacionados no item **4.1**, todos em plena validade, a partir de **30 de março de 2017, permanecendo aberta a possibilidade de pedido de credenciamento enquanto houver interesse da administração pública municipal**, na Seção de Compras do Departamento de Recursos Materiais da Secretaria de Gestão e Fazenda do Município no horário de expediente, em original, por cópia autenticada em cartório, ou por servidor público da Seção de Compras do Município de Santa Rosa, à vista dos originais, não sendo aceitas quaisquer espécies de protocolos para justificar a ausência da documentação, dirigidas à Comissão Permanente de Licitações.

3.3. Serão credenciadas todos os interessados que preencham os requisitos e forem julgados habilitados.

4. DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE)

4.1. Para participar deste Chamamento Público, deverão apresentar os documentos para habilitação descritos nos itens a seguir, os quais deverão ser entregues dentro do envelope – DOCUMENTOS:

- a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, devidamente registrado e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição e de seus administradores;
- b) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no país, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido (a) pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA - RS
SECRETARIA DE GESTÃO E FAZENDA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS
SEÇÃO DE COMPRAS

- e) Certidão Negativa ou positiva com efeitos de negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou positiva com efeito de negativa, emitido eletronicamente pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- g) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da proponente;
- h) Certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de débitos para com a Fazenda Pública Municipal, atualizada e em plena vigência da Fazenda Municipal;
- i) Comprovação de regularidade da requerente com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), atualizado e em pleno vigor;
- j) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor ou distribuidores da sede da pessoa jurídica, dentro de um prazo de 90 (noventa) dias anteriores à data da apresentação dos documentos;
- k) Solicitação de credenciamento digitada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ambiguidades, conforme modelo contido no Anexo I;
- l) Declaração de empregador pessoa jurídica, conforme Anexo II;
- m) Declaração de inexistência de condições impeditivas, conforme Anexo III.

4.2. Os documentos poderão ser apresentados em uma só via, em original, cópia autenticada em cartório, ou por servidor público da Seção de Compras do Município de Santa Rosa.

4.3. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração.

4.4. Os documentos não poderão apresentar emendas, rasuras ou ressalvas.

4.5. A não apresentação de qualquer um dos documentos relacionados no item 4.1 ensejará a desclassificação por inabilitação.

4.6. O proponente caso tenha interesse previamente de desistir de recorrer deverá consignar junto ao envelope referido no **item 3.1**, termo de renúncia de prazo recursal, conforme modelo contido no Anexo IV.

4.6.1. O termo de desistência deverá ser assinado por quem tenha poderes para representar o proponente.

4.7. Todos os documentos expedidos pelo proponente deverão ser subscritos pelo representante legal (pessoa jurídica), ou por procurador habilitado:

a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemblado, deverá ser comprovado o direito, sem necessidade de apresentação em duplicidade de documentos no envelope, mediante:

a.1) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

a.2) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

a.3) inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

a.4) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

b) se representada por procurador, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no artigo 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública;

Observação: O instrumento de mandato deverá ser acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

4.8. É facultado à Comissão julgadora ou à autoridade superior, promover diligências destinadas a esclarecer ou a acompanhar a instrução do processo.

4.9. As informações relativas à habilitação são de inteira responsabilidade do informante, que responderá civil e criminalmente por imprecisão ou ausência de veracidade.

5. DOS IMPEDIMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA - RS
SECRETARIA DE GESTÃO E FAZENDA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS
SEÇÃO DE COMPRAS

5.1. Ficarão impedidas de participar:

- a) as pessoas enquadradas no artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/93;
- b) as pessoas que estejam declaradas inidôneas pela Administração Pública ou temporariamente impedidas de licitar ou contratar com a Administração;

5.2. O credenciamento estará condicionado à análise da documentação apresentada pelos interessados, observada a necessidade e conveniência do Município de Santa Rosa – RS.

6. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS E HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO.

6.1. A abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação dos interessados em se credenciarem será pela Comissão de Licitações a quem caberá a análise dos documentos e a emissão de parecer conclusivo acerca de autorização ou não do credenciamento do interessado.

6.2. A decisão tomada pela Comissão de Licitações será publicada na imprensa oficial, sítio eletrônico do município e envio ao correio eletrônico se informado.

6.3. Concluído o processo e transcorridos os prazos recursais dispostos na Lei Federal nº 8.666/93, art. 109, a Comissão de Licitação encaminhará o processo para a autoridade competente, para a homologação do processo de credenciamento.

6.4. Serão credenciadas todas as interessadas que preencham os requisitos e forem julgados habilitados.

7. DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A prestação dos serviços deverá ser realizada por instituições financeiras.

7.2. A prestação de serviços de arrecadação de receitas municipais compreende: IPTU, ITIV, ISSQN, DÍVIDA ATIVA E TAXAS DIVERSAS com código de barras, emitidas pelo Município, em seu favor, por qualquer modalidade pela qual se processe o pagamento (guichês de caixa, home/office banking, internet, auto atendimento e/ou débito automático em conta), devidamente adequados ao padrão FEBRABAN, pela credenciada ou suas agências, localizadas em todo o Território Nacional.

7.2.1. Todas as agências, guichês dos pontos de venda, rede lotérica, Internet Banking, terminais de autoatendimento, correspondentes (autorizados, cadastrados pela instituição financeira) na área de abrangência prevista no caput desta cláusula, após a assinatura deste contrato, serão automaticamente incluídas na presente prestação de serviços.

7.3. A credenciada não se responsabilizará em qualquer hipótese ou circunstância, pelas declarações, cálculos, valores, multas, juros e outros elementos consignados nos documentos de arrecadação, competindo-lhe, tão somente, recusar o recebimento quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

- a) o documento de arrecadação for impróprio;
- b) o documento de arrecadação contiver emendas, rasuras e/ou quaisquer impeditivos para a leitura do código de barras;
- c) o documento de arrecadação após a data de vencimento.

7.4. A credenciada fica autorizada a receber cheques de emissão do próprio contribuinte, dados em quitação dos documentos, objeto desta licitação, desde que sejam de valor igual ao documento de arrecadação e com vinculação ao pagamento, mediante anotação no verso do cheque.

7.4.1. O Município outorga à credenciada poderes especiais para endossar os cheques recebidos para a quitação dos documentos de arrecadação, objeto desta licitação.

7.4.2. O valor do cheque acolhido pela credenciada, e eventualmente não honrado, será debitado na conta de livre movimentação do Município mantida com a credenciada, devendo o referido cheque ser encaminhado ao Município, capeado pelo respectivo aviso de débito.

7.4.3. Caso o Município não possua conta corrente com a credenciada, o valor do cheque não honrado será deduzido imediatamente do repasse a ser efetuado, obedecendo aos mesmos procedimentos previstos no item anterior.

7.5. O produto da arrecadação diária será lançado em “Conta de Arrecadação”, conforme Normas do Banco Central do Brasil, devendo ser repassado para a conta de livre movimentação do Município, até o 2º. (segundo) dia útil após a data de recebimento (D2).

7.5.1. A conta de livre movimentação mencionada será informada às instituições credenciadas mediante ofício.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA - RS
SECRETARIA DE GESTÃO E FAZENDA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS
SEÇÃO DE COMPRAS

7.5.2. O Município não se obriga a possuir conta de livre movimentação na instituição credenciada arrecadadora.

7.6. O agente credenciado disponibilizará ao Município, até o dia seguinte do pagamento, os arquivos eletrônicos, dentro do padrão FEBRABAN.

7.6.1. Após a retirada do arquivo magnético por parte do Município, fica estabelecido o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis para processamento. No caso de apresentação de inconsistência, a credenciada, por sua vez deverá regularizar o arquivo magnético também dentro de 15 (quinze) dias após a recepção do comunicado de inconsistência.

7.7. Decorridos 6 (seis) meses da data da arrecadação, a credenciada ficará desobrigada de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores.

7.7.1. Na caracterização de diferenças ou falta de diferenças ou falta de prestação de contas das arrecadações realizadas pela credenciada, caberá ao Município o envio de cópia das contas que originaram a diferença, para regularização por parte da credenciada, dentro do prazo previsto no item 7.7, deste edital.

7.8. A credenciada fica autorizada a inutilizar os seus comprovantes e demais documentos alusivos à arrecadação, objeto deste contrato, após 6 (seis) meses da validação do arquivo magnético pelo Município.

7.8.1 A validação do arquivo magnético deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após sua disponibilização.

7.9. São motivos para a desobrigação de realização do débito:

I – por insuficiência de saldo na conta do cliente;

II – por bloqueio da conta, inclusive por ordem judicial;

7.10. A credenciada deverá manter atualizados, durante a vigência do contrato, telefone, endereço eletrônico (e-mail), fac-símile e endereço, devendo comunicar ao Departamento de Receita da Secretaria de Gestão e Fazenda, qualquer alteração de dados.

8. DO VALOR A SER PAGO PELO SERVIÇO E DO PAGAMENTO

8.1. A credenciada receberá o valor de R\$ 1,70 (um real e setenta centavos) por operação de recebimento de documento com código de barras padrão FEBRABAM, recebimento efetuado por meio de guichês de caixa home/office, lotéricas, correspondente bancário, banco postal, banking, internet, autoatendimento e/ou débito automático em conta e prestação de contas por meio magnético, teletransmissão ou qualquer outro meio que atenda ao interesse público em assegurar eficiência e eficácia na arrecadação das receitas.

8.1.1. O pagamento dos serviços se dará no mês seguinte ao da prestação dos serviços, até o 5º dia útil após a entrega, por parte da credenciada, do relatório contendo o montante de serviços operados em cada canal de arrecadação, referido no caput deste item.

9. DO PERÍODO DE VIGÊNCIA

9.1. A vigência do credenciamento é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada, desde que mantidos as condições de habilitação, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme previsto no inciso II, do Artigo 57, da Lei 8666/93:

9.2. A contar da assinatura do contrato de credenciamento, a requisição do serviço poderá iniciar imediatamente.

9.3. O reajuste será anualmente em janeiro, utilizando-se, para tanto, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, fornecido pelo IBGE, conforme a Resolução nº 01 de 26 de janeiro de 2017 da Secretaria de Gestão e Fazenda.

10. DOS RECURSOS E DA CONTRATAÇÃO

10.1. Das decisões proferidas pela Comissão julgadora, decorrentes do presente edital, caberão os recursos previstos no artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

10.2. O proponente poderá ser convocado para, no prazo de até 05 (cinco) dias, assinar o instrumento de credenciamento, sob pena de decadência desse direito e de aplicação das penalidades previstas.

11. DAS SANÇÕES EM CASO DE INADIMPLEMENTO:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA - RS
SECRETARIA DE GESTÃO E FAZENDA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS
SEÇÃO DE COMPRAS

11.1. Pelo descumprimento das condições fixadas neste chamamento, a credenciada poderá incorrer nas sanções estabelecidas nos artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, ficando estabelecido o seguinte critério de multa:

- a) pela recusa em executar o serviço, caracterizada em 5 (cinco) dias após o vencimento do prazo estipulado para prestação do serviço, de 20 % (vinte por cento) do valor do serviço ou R\$ 600,00 (seiscentos reais), prevalecendo sempre o maior valor;
- b) pela demora em corrigir falha na prestação do serviço, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 4 % (quatro por cento) do valor do serviço, por dia corrido ou valor fixo de R\$ 600,00 (seiscentos reais), prevalecendo sempre a alternativa de maior valor;
- c) pela recusa em corrigir as falhas na prestação do serviço, entendendo-se como recusa o serviço não efetivado nos 5 (cinco) dias, salvo justificativa técnica pertinente, que se seguirem à data da rejeição: 20 % (vinte) por cento do serviço ou valor fixo de R\$ 600,00 (seiscentos reais), prevalecendo sempre a alternativa de maior valor;
- d) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei Federal nº 8.666/93, ou no Edital de Credenciamento e não abrangida nos incisos anteriores: 10% (dez por cento) do valor do serviço ao qual foi dada a ordem de serviço ou valor fixo de R\$ 600,00 (seiscentos reais), prevalecendo sempre a alternativa de maior valor.

11.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, além da penalidade de multa prevista no item anterior, aplicar a credenciada as seguintes sanções:

1. Advertência;
2. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município por prazo de até 02 (dois) anos, e,
3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei nº 8.666/93;

11.3 A aplicação das sanções aqui previstas não exclui a possibilidade de aplicação de outras, estabelecidas na Lei nº 8.666/93, inclusive a responsabilização da Credenciada por eventuais perdas e danos causados à Administração;

11.4 A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação enviada pelo Município;

11.5 Caso não houver quitação da multa, será convertida em dívida ativa não tributária, a ser cobrada na forma da lei;

11.6 As multas e outras sanções só poderão ser aplicadas se observado e assegurado o contraditório e ampla defesa;

11.7 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

11.8 O valor do serviço de que se refere a subcláusula 11.1, trata-se daquele valor estabelecido na subcláusula 8.1 deste edital, portanto, R\$ 1.70 por serviço que deixou de ser prestado pela conveniada e que for devidamente apurado em procedimento administrativo adequado.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1. Para o credenciamento dos interessados que preencham todos os requisitos para a habilitação, as despesas previstas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08 – Secretaria de Gestão e Fazenda Unidade: 03 – Depto de Contabilidade e Finanças Projeto/Atividade: 2037– Manutenção das Atividades do Departamento Financeiro Elemento: 333903981000000– Serviços Bancários.
--

13. DO DESCREDENCIAMENTO:

13.1. A CREDENCIADA que não atender as normas vigentes e as obrigações estabelecidas no edital e contrato de credenciamento, poderá ter suspenso o seu credenciamento pelo setor competente do município, imediatamente no momento de identificação da irregularidade.

13.2. Após a suspensão, A CREDENCIADA terá um prazo de 30 dias, contados da notificação, para regularizar a situação junto ao setor competente do município, caso não regularize a situação dentro deste prazo, a mesma será descredenciada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA - RS
SECRETARIA DE GESTÃO E FAZENDA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS
SEÇÃO DE COMPRAS

13.3. Em caso de credenciamento não haverá qualquer direito à indenização, compensação ou reembolso a Credenciada.

13.4. O credenciamento, por culpa do CREDENCIADA, poderá ensejar a caracterização de rescisão contratual com aplicação das penalidades dispostas na cláusula seguinte.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DA RESCISÃO E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. Poderá ser rescindido por denúncia de qualquer das partes deste contrato, devendo a outra parte deverá ser comunicada com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias, mantidas as obrigações contratuais das partes relacionadas ao objeto não concluídas.

14.2. A inexecução total ou parcial do credenciamento enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

14.3. A rescisão do credenciamento antes de seu termo final por culpa do CREDENCIADA poderá resultar na aplicação de suspensão do direito de licitar e contratar com o CREDENCIANTE pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo da responsabilização pelos danos causados diretamente ao CREDENCIANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, a qual não será excluída ou reduzida pela fiscalização ou acompanhamento pela Secretaria competente.

14.4. O CREDENCIANTE poderá, a todo e qualquer tempo, sem caráter de penalidade e independentemente de interpelação judicial, mas assegurada a defesa prévia e o contraditório, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou por interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei Federal n.º 8.666/93.

14.5. O contrato a ser firmado poderá, ainda, ser rescindido por quaisquer dos outros motivos previstos no artigo 78 da Lei Federal n.º 8.666/93.

14.6. A inexecução total ou parcial da CREDENCIADA enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

14.7. Em qualquer caso de rescisão deverá ser observado o parágrafo único do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93.

14.8. O contrato a ser assinado poderá ser alterado de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, mediante termo aditivo a ser firmado entre as partes.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente edital por irregularidade na aplicação da Lei 8.666/93, protocolando o pedido em até 05 (cinco) dias úteis após a publicação do presente edital, a administração municipal julgará e responderá à impugnação em até 3 (três) dias úteis.

15.2. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93).

16. DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Rosa, RS, para dirimir quaisquer litígios oriundos deste edital de Chamamento Público e do contrato dele decorrente, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17. DOS ANEXOS

17.1. Fazem parte do presente edital os seguintes documentos:

ANEXO I – Modelo de Proposta de Credenciamento.

ANEXO II – Modelo de declaração de empregador pessoa jurídica;

ANEXO III – Modelo de declaração de inexistência de condições impeditivas.

ANEXO IV – Modelo de declaração de renúncia ao prazo de recurso

ANEXO V - Minuta do contrato;

Santa Rosa, 30 de março de 2017.

Fábio Rogério da Rosa
Diretor Depto. de Recursos Materiais



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA - RS
SECRETARIA DE GESTÃO E FAZENDA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS
SEÇÃO DE COMPRAS

ANEXO I

PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO

....., endereço (completo), correio eletrônico (facultativo), telefone para contato (facultativo) inscrito(a) no CNPJ sob nº, venho solicitar credenciamento para prestação de serviços de arrecadação de receitas municipais, conforme termos constantes no Chamamento Público nº 03/2017.

Data: ____/____/____

Representante Legal

(nome completo e cargo que ocupa na instituição requerente)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA - RS
SECRETARIA DE GESTÃO E FAZENDA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS
SEÇÃO DE COMPRAS

ANEXO II

(modelo de declaração de empregador pessoa jurídica)

DECLARAÇÃO

Referente **Chamamento Público nº 03/2017**

_____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por
intermédio de seu(sua) _____, Sr.(a) _____,
portador(a) da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____,
DECLARA, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666/93, que não emprega menor
de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis
anos, estando em plena conformidade com o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

RESSALVA: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz:

() Sim.

() Não.

(OBS: Assinalar a situação da ressalva acima)

Data: ____/____/____

Representante Legal

(nome completo e cargo que ocupa na instituição licitante)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA - RS
SECRETARIA DE GESTÃO E FAZENDA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS
SEÇÃO DE COMPRAS

ANEXO III

(modelo de declaração de inexistência de condições impeditivas)

DECLARAÇÃO

O licitante _____, empresa estabelecida na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por seu _____ infra-assinado, DECLARA, para os devidos fins de direito, que não incorre em nenhuma das condições impeditivas; que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público; que não está impedida de contratar com a Administração Pública; que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93; que tem pleno conhecimento do objeto licitado; e que concorda com a minuta de contrato e com as exigências estabelecidas no edital da licitação na modalidade **Chamamento Público nº 03/2017**.

Data: ____/____/____

Representante Legal

(nome completo e cargo que ocupa na instituição licitante)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA - RS
SECRETARIA DE GESTÃO E FAZENDA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS
SEÇÃO DE COMPRAS

ANEXO IV

(Modelo de declaração de renúncia ao prazo de recurso)

.....endereço (completo), inscrito(a) no CNPJ sob n.º, declara e torna público que renúncia ao prazo recursal referente a Chamamento Público n.º 03/2017.

Data: ____/____/____

Representante Legal
(nome completo e cargo que ocupa na instituição licitante)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA - RS
SECRETARIA DE GESTÃO E FAZENDA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS
SEÇÃO DE COMPRAS

ANEXO V
Minuta de contrato de credenciamento

INSTRUMENTO DE CREDENCIAMENTO PARA SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS MUNICIPAIS N.º..... QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA ROSA E

CREDENCIANTE

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA, RS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 88.546.890/0001-82 e com sede administrativa na Avenida Expedicionário Weber, n.º 2.983, no Bairro Cruzeiro, nesta cidade de Santa Rosa, RS, neste ato representado pelo seu Prefeito, Senhor **ALCIDES VICINI**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Santa Rosa, RS, portador do CPF n.º 014.566.109-10 e do RG n.º 1018235935, em pleno e regular exercício de seu mandato.

CREDENCIADA

....., pessoa de com firma registrada no CNPJ sob o n.º com sede na Rua, n.º, na cidade de, neste ato representada pelo seu, Senhor, residente e domiciliado na Rua, n.º, na cidade de, portador do CPF n.º e do RG n.º

Têm entre si ajustadas e contratadas, em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666/93; com o processo administrativo n.º 3056, de 29/03/2017, da Secretaria de Gestão e Fazenda; e com o instrumento convocatório do Chamamento Público n.º 03/17; as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Chamamento Público, constitui no **cadastro da instituição financeira acima**, para a prestação de serviços de arrecadação de receitas municipais, atendimento da Secretaria Municipal de Fazenda, conforme edital de Chamamento Público nº 03/17 e este contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA NATUREZA JURÍDICA

2.1. A natureza jurídica do presente contrato é a de credenciamento para prestação de serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura e poderá ser prorrogado, desde que mantidas as condições de habilitação, até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

3.2. A contar da assinatura do contrato de credenciamento, a requisição do serviço poderá iniciar imediatamente.

3.3. O reajuste será anualmente em janeiro, utilizando-se, para tanto, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, fornecido pelo IBGE, conforme a Resolução nº 01 de 26 de janeiro de 2017 da Secretaria de Gestão e Fazenda.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A prestação dos serviços deverá ser realizada por instituições financeiras.

4.2. A prestação de serviços de arrecadação de receitas municipais compreende: IPTU, ITIV, ISSQN, DÍVIDA ATIVA E TAXAS DIVERSAS com código de barras, emitidas pelo Município, em seu favor, por qualquer modalidade pela qual se processe o pagamento (guichês de caixa, home/office banking, internet, auto atendimento e/ou débito automático em conta), devidamente adequados ao padrão FEBRABAN, pela credenciada ou suas agências, localizadas em todo o Território Nacional.

4.2.1. Todas as agências, guichês dos pontos de venda, rede lotérica, Internet Banking, terminais de autoatendimento, correspondentes (autorizados, cadastrados pela instituição financeira) na área de abrangência prevista no caput desta cláusula, após a assinatura deste contrato, serão automaticamente incluídas na presente prestação de serviços.

4.3. A credenciada não se responsabilizará em qualquer hipótese ou circunstância, pelas declarações, cálculos, valores, multas, juros e outros elementos consignados nos documentos de



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA - RS
SECRETARIA DE GESTÃO E FAZENDA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS
SEÇÃO DE COMPRAS

arrecadação, competindo-lhe, tão somente, recusar o recebimento quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

- a) o documento de arrecadação for impróprio;
- b) o documento de arrecadação contiver emendas, rasuras e/ou quaisquer impeditivos para a leitura do código de barras;
- c) o documento de arrecadação após a data de vencimento.

4.4. A credenciada fica autorizada a receber cheques de emissão do próprio contribuinte, dados em quitação dos documentos, objeto desta licitação, desde que sejam de valor igual ao documento de arrecadação e com vinculação ao pagamento, mediante anotação no verso do cheque.

4.4.1. O Município outorga à credenciada poderes especiais para endossar os cheques recebidos para a quitação dos documentos de arrecadação, objeto desta licitação.

4.4.2. O valor do cheque acolhido pela credenciada, e eventualmente não honrado, será debitado na conta de livre movimentação do Município mantida com a credenciada, devendo o referido cheque ser encaminhado ao Município, capeado pelo respectivo aviso de débito.

4.4.3. Caso o Município não possua conta corrente com a credenciada, o valor do cheque não honrado será deduzido imediatamente do repasse a ser efetuado, obedecendo aos mesmos procedimentos previstos no item anterior.

4.5. O produto da arrecadação diária será lançado em “Conta de Arrecadação”, conforme Normas do Banco Central do Brasil, devendo ser repassado para a conta de livre movimentação do Município, até o 2º. (segundo) dia útil após a data de recebimento (D2).

4.5.1. A conta de livre movimentação mencionada será informada a instituição credenciada mediante ofício.

4.5.2. O Município não se obriga a possuir conta de livre movimentação na instituição credenciada arrecadadora.

4.6. O agente credenciado disponibilizará ao Município, até o dia seguinte do pagamento, os arquivos eletrônicos, dentro do padrão FEBRABAN.

4.6.1. Após a retirada do arquivo magnético por parte do Município, fica estabelecido o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis para processamento. No caso de apresentação de inconsistência, a credenciada, por sua vez deverá regularizar o arquivo magnético também dentro de 15 (quinze) dias após a recepção do comunicado de inconsistência.

4.7. Decorridos 6 (seis) meses da data da arrecadação, a credenciada ficará desobrigada de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores.

4.7.1. Na caracterização de diferenças ou falta de diferenças ou falta de prestação de contas das arrecadações realizadas pela credenciada, caberá ao Município o envio de cópia das contas que originaram a diferença, para regularização por parte da credenciada, dentro do prazo previsto no item **4.7**, deste contrato.

4.8. A credenciada fica autorizada a inutilizar os seus comprovantes e demais documentos alusivos à arrecadação, objeto deste contrato, após 6 (seis) meses da validação do arquivo magnético pelo Município.

4.8.1 A validação do arquivo magnético deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após sua disponibilização.

4.9. São motivos para a desobrigação de realização do débito:

I – por insuficiência de saldo na conta do cliente;

II – por bloqueio da conta, inclusive por ordem judicial;

4.10. A credenciada deverá manter atualizados, durante a vigência do contrato, telefone, endereço eletrônico (e-mail), fac-símile e endereço, devendo comunicar ao Departamento de Receita da Secretaria de Gestão e Fazenda, qualquer alteração de dados.

CLÁUSULA QUINTA– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes deste credenciamento correrão a cargo dos créditos abertos através das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 – Secretaria de Gestão e Fazenda

Unidade: 03 – Depto de Contabilidade e Finanças

Projeto/Atividade: 2037– Manutenção das Atividades do Departamento Financeiro

Elemento: 333903981000000– Serviços Bancários.

CLÁUSULA SEXTA– DO PAGAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA - RS
SECRETARIA DE GESTÃO E FAZENDA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS
SEÇÃO DE COMPRAS

6.1. A credenciada receberá o valor de R\$ 1,70 (um real e setenta centavos) por operação de recebimento de documento com código de barras padrão FEBRABAM, recebimento efetuado por meio de guichês de caixa home/office, lotéricas, correspondente bancário, banco postal, banking, internet, autoatendimento e/ou débito automático em conta e prestação de contas por meio magnético, teletransmissão ou qualquer outro meio que atenda ao interesse público em assegurar eficiência e eficácia na arrecadação das receitas.

6.1.1. O pagamento dos serviços se dará no mês seguinte ao da prestação dos serviços, até o 5º dia útil após a entrega, por parte da credenciada, do relatório contendo o montante de serviços operados em cada canal de arrecadação, referido no caput deste item.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1. Através de servidor (es) da Secretaria de Gestão e Fazenda, o CREDENCIANTE fiscalizará, como melhor lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato e fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente contrato, notificando a CREDENCIADA a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

7.2. Resguardada a disposição das Subcláusulas precedentes, a fiscalização representará o CREDENCIANTE e terá as seguintes atribuições:

- a)** agir e decidir em nome do CREDENCIANTE, inclusive para rejeitar o objeto contratual que estiver em desacordo com as especificações exigidas;
- b)** exigir da CREDENCIADA o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas, emitindo as notificações que se fizerem necessárias;
- c)** solicitar a aplicação, nos termos contratuais, de advertências e/ou de outras penalidades a CREDENCIADA;
- d)** instruir o processo com o(s) recurso(s) interposto(s) pela CREDENCIADA, no tocante ao pedido de cancelamento de advertência e/ou de outras penalidades, quando essa discordar do CREDENCIANTE;
- e)** encaminhar, se necessário, ao Setor competente as solicitações de adendo contratual, devidamente motivados e comprovados.

CLÁUSULA OITAVA– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Pelo descumprimento das condições fixadas neste chamamento, a credenciada poderá incorrer nas sanções estabelecidas nos artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, ficando estabelecido o seguinte critério de multa:

- a)** pela recusa em executar o serviço, caracterizada em 5 (cinco) dias após o vencimento do prazo estipulado para prestação do serviço, de 20 % (vinte por cento) do valor do serviço ou R\$ 600,00 (seiscentos reais), prevalecendo sempre o maior valor;
- b)** pela demora em corrigir falha na prestação do serviço, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 4 % (quatro por cento) do valor do serviço, por dia corrido ou valor fixo de R\$ 600,00 (seiscentos reais), prevalecendo sempre a alternativa de maior valor;
- c)** pela recusa em corrigir as falhas na prestação do serviço, entendendo-se como recusa o serviço não efetivado nos 5 (cinco) dias, salvo justificativa técnica pertinente, que se seguirem à data da rejeição: 20 % (vinte) por cento do serviço ou valor fixo de R\$ 600,00 (seiscentos reais), prevalecendo sempre a alternativa de maior valor;
- d)** pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei Federal nº 8.666/93, ou no Edital de Credenciamento e não abrangida nos incisos anteriores: 10% (dez por cento) do valor do serviço ao qual foi dada a ordem de serviço ou valor fixo de R\$ 600,00 (seiscentos reais), prevalecendo sempre a alternativa de maior valor.

8.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, além da penalidade de multa prevista no item anterior, aplicar a credenciada as seguintes sanções:

- 1.** Advertência;
- 2.** Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município por prazo de até 02 (dois) anos, e,
- 3.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei nº 8.666/93;

8.3 A aplicação das sanções aqui previstas não exclui a possibilidade de aplicação de outras, estabelecidas na Lei nº 8.666/93, inclusive a responsabilização da Credenciada por eventuais perdas e danos causados à Administração;

8.4 A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação enviada pelo Município;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA - RS
SECRETARIA DE GESTÃO E FAZENDA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS
SEÇÃO DE COMPRAS

8.5 Caso não houver quitação da multa, será convertida em dívida ativa não tributária, a ser cobrada na forma da lei;

8.6 As multas e outras sanções só poderão ser aplicadas se observado e assegurado o contraditório e ampla defesa;

8.7 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

8.8 O valor do serviço de que se refere a subcláusula 8.1, trata-se daquele valor estabelecido na subcláusula 6.1 deste contrato, portanto, R\$ 1.70 por serviço que deixou de ser prestado pela conveniada e que for devidamente apurado em procedimento administrativo adequado.

CLÁUSULA NONA– DA SUSPENSÃO E DESCRENCIAMENTO

9.1. A CREDENCIADA que não atender as normas vigentes e as obrigações estabelecidas no edital e contrato de credenciamento, poderá ter suspenso o seu credenciamento pelo setor competente do município, imediatamente no momento de identificação da irregularidade.

9.2. Após a suspensão, A CREDENCIADA terá um prazo de 30 dias, contados da notificação, para regularizar a situação junto ao setor competente do município, caso não regularize a situação dentro deste prazo, a mesma será descredenciada do sistema.

9.3. Em caso de descredenciamento não haverá qualquer direito à indenização, compensação ou reembolso a Credenciada.

9.4. O descredenciamento, por culpa da CREDENCIADA, poderá ensejar a caracterização de rescisão contratual com aplicação das penalidades dispostas na cláusula seguinte.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1. Poderá ser rescindido por denúncia de qualquer das partes deste contrato, devendo a outra parte deverá ser comunicada com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias, mantidas as obrigações contratuais das partes relacionadas ao objeto não concluídas.

10.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

10.3. A rescisão do contrato antes de seu termo final por culpa da CREDENCIADA poderá resultar na aplicação de suspensão do direito de licitar e contratar com o CREDENCIANTE pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo da responsabilização pelos danos causados diretamente ao CREDENCIANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, a qual não será excluída ou reduzida pela fiscalização ou acompanhamento pela Secretaria competente.

10.4. O CREDENCIANTE poderá, a todo e qualquer tempo, sem caráter de penalidade e independentemente de interpelação judicial, mas assegurada a defesa prévia e o contraditório, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou por interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei Federal n.º 8.666/93.

10.5. O presente contrato poderá, ainda, ser rescindido por quaisquer dos outros motivos previstos no artigo 78 da Lei Federal n.º 8.666/93.

10.6. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

10.7. Em qualquer caso de rescisão deverá ser observado o parágrafo único do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93.

10.8. O contrato poderá ser alterado de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, mediante termo aditivo a ser firmado entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. O presente contrato rege-se, ainda, pelo instrumento convocatório da Chamada Pública n.º 03/17, pela Lei Federal n.º 8.666/93, em todos os seus termos, as quais serão aplicadas, também, nos casos onde o contrato for omissivo.

11.2. A CREDENCIADA reconhece as prerrogativas asseguradas ao CREDENCIANTE pelo artigo 58 da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como os direitos do mesmo no caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 e seguintes do referido diploma legal.

11.3. O presente instrumento não gerará direitos nem obrigações trabalhistas, fiscais ou previdenciárias, assumindo a Credenciada total responsabilidade por sua execução, desobrigando a Credenciante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA - RS
SECRETARIA DE GESTÃO E FAZENDA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS
SEÇÃO DE COMPRAS

11.4. Será de exclusiva responsabilidade da CREDENCIADA o ressarcimento de danos causados ao CREDENCIANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização pela Secretaria interessada.

11.5. No caso de demanda judicial decorrente da execução deste contrato e que envolva interesse de qualquer dos partícipes, as demais partes deverão fornecer, em prazo hábil para defesa em juízo, todas as informações e documentos necessários para atuação judicial, bem como deverão participar ativamente do processo judicial, praticando todos os atos que lhes couberem, sob pena de inexecução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Para dirimir as questões oriundas do presente contrato ou de sua execução, as partes elegem, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da Comarca de Santa Rosa, RS.

E, por estarem justas e acertadas, assinam este contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Santa Rosa, 30 de março de 2017.

ALCIDES VICINI,
Prefeito Municipal.

XXXXXXXXXX,
Contratada.

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF: